EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 000008/2026

CONSIDERAÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

PROCESSO: 001791/2026;

ID CIDADES TCE/ES Nº: 2026.008E0700001.01.0010;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP;

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 591.216,20 (quinhentos e noventa e um mil duzentos e dezesseis reais e vinte centavos);

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 26 de agosto de 2026, às 13:00 horas (horário de Brasília);

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote;

MODO DE DISPUTA: ABERTO;

PREÂMBULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

(Processo Administrativo n° **001791/2026**)

ID CidadES TCE/ES nº **2026.008E0700001.01.0010.**

PREÂMBULO

Torna-se público que o (a) **MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES,** com sede administrativa na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro - Apiacá-ES, CNPJ nº 27.165.604/0001-44, por meio do Setor de Compras, Licitações e Contratos, realizará licitação, **PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente Edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços abaixo, onde também poderão ser obtidos maiores informações, esclarecimentos de dúvidas, envio de impugnações, recursos etc, em dias úteis, de segunda à quinta, das 12h às 18h, e às sextas, das 12h às 16h:

E-mail: licitacao@apiaca.es.gov.br;

Facebook: licitacaoapiaca;

Portal da Transparência: https://apiaca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34;

Site: https://site.apiaca.es.gov.br/licitacoes.

Local da Licitação: **Ambiente eletrônico/virtual do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS;**

Endereço eletrônico: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br/**

Dados para contato: **CENTRAL DE ATENDIMENTO 3003-5455 | 0800 730 5455 | (61) 3120-3700 | (61) 3142-4887 - fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br <mailto:fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br>**

1 - DO OBJETO:

1 - DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é a (o) **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do **ANEXO I**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento será o de **Menor Preço por Lote**.

2 - DO REGISTRO DE PREÇOS:

2 - DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços - **ANEXO VI**.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Plataforma de Pregão Eletrônico adotada, conforme descrito no preâmbulo.

3.2.1 O processo de credenciamento será iniciado pelo interessado, através dos contatos disponibilizados no preâmbulo.

3.2.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à Plataforma de Pregão Eletrônico adotada, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.2.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de

preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.2.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Plataforma de Pregão Eletrônico adotada.

3.2.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Plataforma de Pregão Eletrônico adotada a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.6 Em caso de dificuldade no credenciamento, os licitantes deverão entrar em contato com a Plataforma de Pregão Eletrônico adotada.

3.2.7 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Apiacá-ES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Plataforma de Pregão Eletrônico adotada, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.4 A Plataforma de Pregão Eletrônico adotada cobrará taxa fixa pelo custo de operacionalização e uso do sistema de cada licitante;

3.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no **ANEXO III** para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate.

3.6 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.8 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.8.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.9 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na Plataforma de Pregão Eletrônico adotada.

3.10 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

3.11 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.12 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades

cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.12.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.12.2 O benefício será concedido, desde que atendidas às exigências legais, como também os itens 3.6, 3.13 e 8.15 do Edital.

3.13 Não poderão disputar esta licitação:

3.13.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.13.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.13.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.13.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.13.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.13.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.13.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.13.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.13.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.13.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.13.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.13.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta

ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

3.14 O impedimento de que trata o item 3.13.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.15 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.13.2 e 3.13.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.16 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.17 O disposto nos itens 3.13.2 e 3.13.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.18 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.19 A vedação de que trata o item 3.13.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente

ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação / Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.1.2 marca / modelo / fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação

dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação / Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo)**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação / Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA FECHADO E ABERTO**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação / Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo

a ordem crescente de valores.

6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17 No caso de desconexão com o Agente de Contratação / Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação / Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação / Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de

trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2 empresas brasileiras;

6.21.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação / Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 O Agente de Contratação / Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5 É facultado ao Agente de Contratação / Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação / Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO:

7 - DA FASE DE JULGAMENTO:

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação / Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.14.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação / Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação / Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.13.1 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação / Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 contiver vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação / Pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação / Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18 Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Agente de Contratação / Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA FINS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA, PODERÁ SER SUBSTITUÍDA PELO REGISTRO CADASTRAL NO SICAF.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por qualquer outro meio admitido pela Administração.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4 A HABILITAÇÃO SERÁ VERIFICADA POR MEIO DO SICAF, NOS DOCUMENTOS POR ELE ABRANGIDOS.

8.4.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.5 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.5.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.6 A verificação pelo Agente de Contratação / Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.6.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação / Pregoeiro.

8.7 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação / Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.6.1.

8.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.14 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

8.14.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresa individual, **INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS**;

b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO EM VIGOR**, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO NO CASO DE SOCIEDADES CIVIS**, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

8.14.2 REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de **INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA** - CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

b) **PROVA DE A INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E/OU MUNICIPAL**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de **REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL**, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

d) Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL** da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte.

e) Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL** da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte.

f) Prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

g) Prova de **INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, que será verificada "on-line" pela COMISSÃO na data de entrega da documentação de habilitação.

8.14.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência:

a.1 - O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição dos itens contratados;

a.2 - O (s) atestado (s) deverá (ão) contemplar, em relação às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, a quantidade de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos no Termo de Referência;

a.3 - Serão consideradas de maior relevância ou valor significativo, as parcelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação;

a.4 - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

a.5 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a.5.1 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

a.5.2 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a.6 - Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio;

a.7 - O Agente de Contratação / Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade

das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

8.14.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO RELATIVO AOS 02 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

I) Termo de Abertura;

II) Termo de Encerramento;

III) Balanço Patrimonial;

IV) Demonstração de Resultado do Exercício;

V) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas "a" e "b" acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b) A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos apresentados no item anterior, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$$

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$$

b.1) Será habilitada a empresa que apresentar:

I. Índice de Liquidez Corrente - igual ou maior que 1,0;

II. Índice de Liquidez Geral - igual ou maior que 1,0;

III. Índice de Solvência Geral - igual ou maior que 1,0.

b.2) As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de

10% (dez por cento) da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados.

I - Para os consórcios, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado o valor descrito no subitem b.2, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido ao licitante individual, perfazendo assim o valor a ser comprovado de 20% (vinte por cento).

II - O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definida em lei.

b.3) O exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de MAIO do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de ABRIL do ano subsequente, para as demais licitantes.

b.4) Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

b.5) Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

b.6) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos.

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.14.5 **DECLARAÇÃO UNIFICADA (ANEXO IV)**:

8.14.5.1 A Declaração Unificada abrange as seguintes declarações:

a) **DECLARAÇÃO** de que a licitante atende aos requisitos de habilitação;

b) **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) **DECLARAÇÃO** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

e) **DECLARAÇÃO** de atendimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro de empregado (s), menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

f) **DECLARAÇÃO** de Inexistência de Parentesco, atestando que no quadro da empresa de sócios ou

empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Apiacá-ES e/ou do Fundo Municipal de Saúde de Apiacá, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;

g) **PARA ME's / EPP's**: **DECLARAÇÃO** de que no ano em que se realiza a licitação ainda não celebrou contratos com a Administração Pública em valores que extrapolem a receita bruta máxima admitida para o respectivo enquadramento, conforme art. 4º, § 2º, da Lei 14.133/2021.

8.14.5.2 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, i, da lei nº 14.133/2021).

8.15 OS LICITANTES QUE INVOCAREM A CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA FINS DE EXERCÍCIO DE QUAISQUER DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, assim como na Lei Municipal nº 736/2007, e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

8.15.1 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

8.15.2 - Caso a licitante seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, poderá apresentar, em substituição à Certidão expedida pela Junta Comercial, o **COMPROVANTE DE OPÇÃO OBTIDO NO SITE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**, no seguinte endereço eletrônico: http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional;

8.15.3 Declaração constante no **ANEXO IV**.

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

10 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 - DOS RECURSOS:

11 - DOS RECURSOS:

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **15 (quinze) minutos**.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através dos contatos informados no início do presente edital.

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado Agente de Contratação / Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade

superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios informados no início deste Edital.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação / Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços do preâmbulo do Edital.

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO I - Relação de Itens / Lotes;

14.11.2 ANEXO II - Termo de Referência;

14.11.3 ANEXO III - Modelo Declaração ME/EPP;

14.11.4 ANEXO IV - Modelo Declaração Unificada;

14.11.5 ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;

14.11.6 ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Apiacá-ES, **05 de agosto de 2026**.

MARCIO JOSE DE MELO CHIERICI:01415959730

Assinado de forma digital por MARCIO JOSE DE MELO CHIERICI:01415959730
Dados: 2026.08.05 13:32:55 -03'00'

MÁRCIO JOSÉ DE MELO CHIERICI

Prefeito Municipal

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO (S) OBJETO (S) - RELAÇÃO ITENS / LOTES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO (S) OBJETO (S) - RELAÇÃO ITENS / LOTES

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP

Lote	*Ítens*	*Especificação*	*Marca*	*Unidade*	*Quantidade*	*Unitário*	*Valor Total*
00001	1	Lote 00001 LUVA DESCARTÁVEL - TAMANHO M luva descartÁvel - luva para procedimento não cirúrgico, descartável, de uso único, não estéril, ambidestra, com superfície lisa ou texturizada, confeccionada em látex natural, nitrilo ou vinil, sem pó bioabsorvível. com 100 unidades, tamanho m		CX	300,000		
00002	1	Lote 00002 LUVA DESCARTÁVEL - TAMANHO G luva descartÁvel - luva para procedimento não cirúrgico, descartável, de uso único, não estéril, ambidestra, com superfície lisa ou texturizada, confeccionada em látex natural, nitrilo ou vinil, sem pó bioabsorvível. com 100 unidades, tamanho g		CX	300,000		
00003	1	Lote 00003 LUVA DE BORRACHA PVC, CANO LONGO 38CM - TAMANHO G luva de borracha pvc para limpeza em geral, cano longo 38cm – luva de borracha natural (látex), cor amarela, palma antiderrapante, forro interno (algodão/flocada ou lisa), anatômica, alta resistência, reutilizável. tamanho g		PAR	100,000		
00004	1	Lote 00004 LUVA DE BORRACHA PVC, CANO LONGO 38CM - TAMANHO M luva de borracha pvc para limpeza em geral, cano longo 38cm – luva de borracha natural (látex), cor amarela, palma antiderrapante, forro interno (algodão/flocada ou lisa), anatômica, alta resistência, reutilizável. tamanho m		PAR	100,000		
00005	1	Lote 00005 SACO DE LIXO - 200 LITROS saco de lixo de 200 litros (reforÇado) - saco de lixo, material polietileno, cor preta, capacidade 200 litros, medidas mínimas 90x110 cm, espessura alta (mínimo 12 micras), alta resistência para resíduos pesados, conforme abnt nbr 9191. embalagem com 100 sacos		PCT	500,000		

00006	1	Lote 00006 ALCOOL LÍQUIDO ETÍLICO HIDRATADO 70° INPM alcool lÍquido etÍlico hidratado 70° inpm - solução antisséptica/desinfetante com 70% inpm de concentração, incolor, líquida, para uso em superfícies fixas ou higienização das mãos. deve possuir registro na anvisa, laudo técnico, validade mínima e embalagem plástica de 1l, transparente para permitir visualização, com tampa lacrada, rótulo contendo dados de fabricação, lote, validade, composição e número de registro no ministério da saúde/anvisa.		L	500,000		
00007	1	Lote 00007 CLORO - HIPOCLORITO DE SÓDIO, SOLUÇÃO AQUOSA cloro - hipoclorito de sÓdio, soluÇÃo aquosa. teor de cloro ativo: mínimo de 2,0% a 2,5% (para água sanitária comum/limpeza). ph: 11,5 a 13,0. líquido claro amarelado, sem partículas em suspensão. embalagens com 02 litros, com rótulo contendo procedência, lote, validade e registro no ms/anvisa. cx c/ 06 und		CX	300,000		
00008	1	Lote 00008 ÁGUA SANITÁRIA - SOLUÇÃO AQUOSA (NACLO) Água sanitÁria - solução aquosa à base de hipoclorito de sódio (naclo), hidróxido de sódio (agente alcalinizante) e cloretos. líquido límpido, incolor, livre de partículas em suspensão. aroma: neutro/sem fragrância. com a finalidade de desinfecção, alvejamento e higienização de superfícies e tecidos. frasco plástico opaco e resistente, contendo 1 litro, com tampa rosqueada que garanta a vedação, rotulagem conforme normas da anvisa (marca, cnpj, registro anvisa, data de fabricação, validade, composição, lote, instruções de uso). validade: mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. caixa com 12 frascos de 1 litro		CX	300,000		
00009	1	Lote 00009 DETERGENTE BIODEGRADÁVEL detergente - detergente líquido, neutro, biodegradável, com alto poder desengordurante, componente ativo: linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, com glicerina, biodegradável, de alto poder desengordurante, embalagem original de 500ml, registro na anvisa, e conformidade com normas técnicas, garantindo eficiência na lavagem de louças e superfícies laváveis. frasco resistente e rotulado conforme legislação.		UN	5.000,000		
00010	1	Lote 00010 DESINFETANTE - FRAGRÂNCIA PINHO desinfetante - desinfetante, composto de quaternário de amônio (cloreto alquil dimetil benzil amônio), tensoativos, fragrância pinho, agente opacificante, corante e veículo. teor ativo = 15%. líquido, homogêneo, com odor característico. frasco de 2 litros, com rótulo contendo marca, lote, validade, dados do fabricante e número de registro no ministério da saúde/anvisa		CX	300,000		
00011	1	Lote 00011 SABÃO EM PÓ BIODEGRADÁVEL sabÃo em pÓ - sabão em pó para lavagem de tecidos em geral. composição: tensoativo linear alquil benzeno sulfonato de sódio (biodegradável), enzimas, branqueador óptico, alcalinizantes, perfume e corante. alto poder de limpeza para roupas brancas e coloridas, com agentes de alvejamento, que garantam a remoção de sujeiras pesadas. pacote de polietileno, contendo 1kg, com identificação clara do produto, marca, composição, nome do fabricante, data de fabricação e validade (mínimo 12 meses). produto biodegradável.		KG	5.000,000		

00012	1	Lote 00012 ESPONJA DUPLA FACE esponja - esponja dupla face para limpeza pesada e uso geral. dupla face, sendo um lado em fibra sintética abrasiva (cor verde) e o outro em espuma de poliuretano macia (cor amarela). medidas: 110mmx75mmx20mm. espuma com tratamento bactericida para evitar odores e proliferação de germes. ideal para lavagem de louças, talheres, panelas e superfícies que exigem remoção de resíduos incrustados. pacotes com 4 unidades, selado, contendo identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.		PCT	700,000		
00013	1	Lote 00013 VASSOURA DE PIAÇAVA vassoura de piaÇava - vassoura de piaçava (natural ou sintética) tipo gari, com base de madeira (aprox. 30 a 50 cm), cerdas rígidas, cabo de madeira plastificado ou revestido (aprox. 1,20m a 1,50m) e alta resistência		UN	500,000		
00014	1	Lote 00014 RODO DE ALUMÍNIO - 40 CM rodo de aluminio - rodo de alumínio com borracha/eva. com base de 40 cm, com borracha dupla, em eva (etil vinil acetato), de alta aderência, com espessura resistente para puxar água e sujeira, cabo em alumínio. tamanho mínimo: 1,40m, tamanho máximo: 1,50m de comprimento. rosca de alta resistência (padrão 22mm ou superior) para conexão firme entre o cabo e a base, permitindo a troca de cabo se necessário. o produto não deve apresentar bordas cortantes ou defeitos que prejudiquem o uso ou causem acidentes.		UN	200,000		
00015	1	Lote 00015 RODO ALUMÍNIO - 60 CM rodo de aluminio - rodo de alumínio com borracha/eva. com base de 60 cm, com borracha dupla, em eva (etil vinil acetato), de alta aderência, com espessura resistente para puxar água e sujeira, cabo em alumínio. tamanho mínimo: 1,40m, tamanho máximo: 1,50m de comprimento. rosca de alta resistência (padrão 22mm ou superior) para conexão firme entre o cabo e a base, permitindo a troca de cabo se necessário. o produto não deve apresentar bordas cortantes ou defeitos que prejudiquem o uso ou causem acidentes.		UN	200,000		
00016	1	Lote 00016 ESPONJA DE LÃ DE AÇO esponja de lÃ de aÇo - 100% lã de aço carbono (ou inox, conforme necessidade), de alta qualidade, flexível, textura macia, isenta de sinais de oxidação e que não solte pó de aço, garantindo alta abrasividade para limpeza pesada. formato anatômico, ideal para limpeza de utensílios domésticos e industriais. apresentação: pacote com 8 unidades, pesando no mínimo 60g por pacote. sacos plásticos selados, contendo no rótulo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. produto deve possuir registro ou atender às normas técnicas aplicáveis. contendo 10 sacos com 14 embalagens plÁsticas		FD	100,000		
00017	1	Lote 00017 COPO DESCARTÁVEL 200ML copo descartavel 200ml - copo plástico descartável, capacidade nominal 200ml, material polipropileno (pp) de primeira qualidade. o produto deve estar em conformidade com a norma abnt nbr 14865:2002 (ou atualizações), e atender às portarias do inmetro nº 453/2010 e nº 125/2011. acondicionados em mangas ou pacotes selados com 100 unidades, protegendo o produto contra contaminação até o uso. a embalagem primária deve conter marca do fabricante, quantidade, procedência e selo de conformidade.		CX	100,000		

00018	1	Lote 00018 BOTA GALOCHA bota galocha - bota galocha em pvc injetado, cor branca, cano médio (25-26 cm), impermeável, solado antiderrapante de fácil higienização, forro de poliéster, ideal para uso em limpeza diária e locais com umidade, do tamanho 35 ao 46.		PAR	100,000		
00019	1	Lote 00019 PANO DE CHÃO SACO DE CHÃO CRÚ pano de chÃo saco de chÃo crÚ – pano de chão tipo sacaria, 100% algodão, alvejado. medidas: 60 (largura) x 80 (comprimento). composição estrutural: urdidura mínima de 10 fios/cm e trama mínima de 9 fios/cm. acabamento: costurado internamente (do avesso) com costura reforçada, sem fiapos, indicado para limpeza pesada opção 2: pano de chão em formato de saco (alvejado), 100% algodão, cor branca. medida aproximada de 50x70. tecido de trama fechada (sacaria alvejada), alta absorção, com costura reforçada nas laterais, tipo pé de galinha ou similar, alta resistência a uso contínuo		UN	700,000		
00020	1	Lote 00020 VASSOURA LIMPEZA VASO SANITÁRIO vassoura para limpeza de vaso sanitÁrio - vassoura sanitária tipo escova com suporte higiênico, utilizada para limpeza interna de vasos sanitários. cerdas rígidas, confeccionadas em polímero sintético (nylon) de primeira qualidade, resistentes à ação de produtos químicos. cabo resistente, material plástico (polipropileno), medindo aproximadamente 30 a 40 cm, com formato anatômico para facilitar o manuseio. acompanhada de suporte (copo) em polipropileno (plástico rígido), design higiênico, de fácil limpeza, para armazenamento da vassoura.produto novo, sem defeitos, com acabamento firme das cerdas, garantindo durabilidade para uso contínuo.		UN	100,000		
00021	1	Lote 00021 RODO PLÁSTICO - 60 CM - LIMPEZA PESADA rodo plastico - rodo plástico para limpeza pesada (chão). com 60 cm de comprimento. material da cepa: polipropileno injetado de alta densidade, resistente, com gancho para fixação de pano. material da lâmina: borracha dupla em e.v.a. (etileno vinil acetato) para maior aderência e remoção de água. cabo de madeira revestido (plastificado), com rosca na extremidade, com no mínimo 120 cm de altura.a cepa deve possuir encaixe firme para o cabo (rosca de polipropileno). deve ser material resistente, durável e apresentar marca do fabricante.		UN	200,000		
00022	1	Lote 00022 TOUCA DESCARTÁVEL TNT touca descartÁvel - confeccionada em tnt (tecido não tecido) 100% polipropileno, material atóxico, hipoalergênico e respirável. sanfonada, com elástico duplo revestido de polipropileno, permitindo ajuste confortável à cabeça e garantindo a fixação, vedação e proteção. gramatura mínima de 10 g/m² a 15 g/m². descartável (uso único), não estéril. de cor branca. aproximadamente 50cmx50cm (quando esticada). pacote com 100 unidades. produto deve atender às normas da anvisa (registro ou isenção conforme rdc vigente). proteção contra contaminação por fluidos, partículas, poeiras e queda de cabelos em ambientes hospitalares, laboratoriais, alimentícios e estéticos.		PCT	500,000		

00023	1	Lote 00023 FÓSFORO - MAÇO fÓsforo – fósforo de segurança (palito). madeira reflorestada de alta qualidade. caixa com cerca de 50 palitos longos (tipo lareira/cozinha). com selo do inmetro e que não solte faíscas. caixa com tratamento antiumidade.		MÇ	500,000		
00024	1	Lote 00024 SABONETE LÍQUIDO ANTIALÉRGICO sabonete lÍquido - sabonete líquido para mãos e corpo, tipo perolado ou cremoso, cor branca ou suave. higienizante, com glicerina para hidratação, antialérgico e biodegradável. neutro, com ph compatível com a pele (5,5 a 7,5), evitando ação agressiva. galão de 5 litros resistente, com tampa vedante que não permita reenvase. rotulagem conforme normas da anvisa, contendo lote, data de fabricação, validade, composição e número de registro. produto deve possuir registro ou notificação na anvisa. validade mínima de 12 à 18 meses a partir da data de entrega.		L	150,000		
00025	1	Lote 00025 SABONETE EM BARRA sabonete em barra - sabonete em barra para higiene pessoal. peso: 90 gramas (peso líquido). tipo suave, ph neutro/compatível com a pele (entre 5,5 a 7,5), formato anatômico, boa consistência, não quebradiço. embalagem individual em papel de boa qualidade, resistente, contendo protetor interno. a embalagem deve conter obrigatoriamente: nome do produto, marca, composição, peso, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e número do registro ou notificação no ministério da saúde/anvisa. validade mínima de 12 a 18 meses a partir da data de entrega. o produto deve atender às normas técnicas vigentes e aos procedimentos administrativos da anvisa.		UN	600,000		
00026	1	Lote 00026 SABÃO EM BARRA GLICERINADO sabÃo em barra - glicerinado, neutro, alta qualidade, adequado para uso geral de limpeza e roupas. composição básica: Ácidos graxos de sebo, coco/babaçu ou soja, glicerina, coadjuvantes, corante e água. pacotes com 5 unidades (pedras) de 180g ou 200g (verificar padrão atual do mercado). pacote plástico selado, resistente, com rótulo contendo composição, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. mínimo de 18 a 24 meses a partir da data de fabricação. produto regularizado na anvisa.		PCT	300,000		
00027	1	Lote 00027 SACO DE LIXO 100 LITROS - REFORÇADO saco de lixo de 100 litros (reforÇado) - saco de lixo, material polietileno, cor preta, capacidade 100 litros, tamanho aprox.75x105 cm, com espessura reforçada (mínimo 10 micras), alta resistência a perfurações, conforme nbr 9190 e 9191. embalagem com 100 unidades.		PCT	300,000		
00028	1	Lote 00028 SACO DE LIXO 15 LITROS - REFORÇADO saco de lixo de 15 litros (reforÇado) - com capacidade para resíduos comuns/domésticos, fabricado em polietileno (virgem ou reciclado) de alta densidade, com expessura de 04 a 06 micras (reforçado para evitar rompimentos), cor preta, com solda contÍnua, tipo estrela, garantindo vedação contra líquidos e odores, vedação perfeita e medidas aproximadas de 39x58 cm. embalagem com 100 unidades		RL	500,000		

00029	1	Lote 00029 SACO DE LIXO DE 30 LITROS - REFORÇADO saco de lixo de 30 litros (reforÇado) - deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (pead), com espessura mínima de 0,08 mm (ou micragem equivalente), medindo aproximadamente 59x62cm. deve atender às normas abnt nbr 9190 e 9191, garantindo solda contínua e resistência. embalagem com 100 unidades		PCT	300,000		
00030	1	Lote 00030 PÁ COLETORA DE LIXO pÁ coletora de lixo – coletor de plástico injetado de alta resistência (polipropileno), com borda plana para facilitar a coleta de sujidades do piso. cabo longo, com comprimento aproximado entre 60 cm e 100 cm de madeira plastificada.		UN	100,000		
00031	1	Lote 00031 PÁ PARA RETIRAR LIXO pÁ para retirar lixo - coletor de plástico injetado de alta resistência (polipropileno), com borda plana para facilitar a coleta de sujidades do piso. cabo longo, com comprimento aproximado de 120 cm, de madeira plastificada.		UN	100,000		
00032	1	Lote 00032 BALDE PLÁSTICO - 10 LITROS balde plÁstico - balde plástico, material polipropileno reforçado, capacidade 10 litros, com alça de arame galvanizado, cor preta, material de primeira qualidade, de alta resistência.		UN	120,000		
00033	1	Lote 00033 PANO DE PRATO ALVEJADO pano de prato - pano de prato para copa. material: 100% algodão, alvejado (cor branca) de primeira qualidade. acabamento: bainha dobrada/costurada em toda a volta (dobra com costura). dimensões mínimas de 40x60 cm. alta absorção de umidade, lavável, resistente a lavagens industriais e durável. deve possuir etiqueta costurada com cnpj do fabricante e composição. não deve apresentar estampas.		UN	300,000		
00034	1	Lote 00034 PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA papel toalha - papel toalha em rolo, folha dupla, branco, 100% fibras celulósicas virgens. macio, com alto poder de absorção, picotado e texturizado. dimensões aproximadas: 20cm a 22cm de largura. comprimento por rolo: mínimo de 30 metros. embalagem com 02 rolos		PCT	600,000		
00035	1	Lote 00035 GUARDANAPOS DE PAPEL FOLHA SIMPLES guardanapo de papel - guardanapo de papel, folha simples, na cor branca, dimensões mínimas de 33x33 cm, com 4 dobras, fabricado com 100% de fibras naturais (celulose virgem), macio, alta absorção, isento de perfume. embalagem: pacote contendo 50 unidades. o produto deve atender à norma abnt nbr 15464 vigente e não causar irritação dérmica		PCT	200,000		
00036	1	Lote 00036 PAPEL HIGIÊNICO - FOLHA DUPLA papel higiÊnico – folha dupla. 100% celulose virgem, alta brancura, neutro (sem perfume). gofrado (com relevo), macio, de alta absorção e resistência à tração (não esfarelar quando úmido). rolo com largura de 10cm (+/- 0,5cm) e comprimento de 60 metros. picotado, com tubo de papelão interno, em fardos/pacotes selados (primários) contendo de 4 rolos. produto certificado segundo normas abnt nbr 15464-1 e nbr 15134, com certificação florestal (fsc ou equivalente). embalagem coletiva (fardo) resistente, contendo identificação do fabricante, cnpj, quantidade e especificações. pacote com 04 unidades, rolo com 60m fardo c/ 16 und		FD	500,000		

00037	1	Lote 00037 COADOR DE CAFÉ - M coador de cafÉ m – 100% algodão (branco ou flanela), atóxico, adequado para uso alimentar. suporte (aro) em arame galvanizado de alta resistência, para evitar oxidação. alça: revestimento em pvc tipo espaguete para manuseio seguro e confortável. diâmetro da boca de aproximadamente 13 cm a 16 cm (tamanho grande/padrão). formato: cônico/saco. embalagem unitária, contendo especificações do fabricante		UN	200,000		
00038	1	Lote 00038 VASSOURA DE PELO vassoura de pelo - utensílio com base (cepa) de madeira ou polipropileno, cerdas macias sintéticas ou naturais (ideais para pisos delicados), comprimento de 30 a 40 cm, e cabo rosqueável ou fixo de madeira/metal com pelo menos 1,20m. a estrutura deve ser robusta, lisa e envernizada		UN	100,000		
00039	1	Lote 00039 SABÃO EM PASTA 500G sabÃo em pasta - sabão pastoso (neutro/coco), alto poder desengordurante. para limpeza de utensílios e pias. pote de 500g, plástico, com tampa firme. rótulo obrigatório com marca, fabricação, validade (>24 meses) e notificação na anvisa. pasta homogênea, sem separação de fases. produto biodegradável.		UN	1.000,000		
00040	1	Lote 00040 LIXEIRA COM TAMPA lixeira tampa - coletor de lixo com pedal e tampa, capacidade 100 litros, material polipropileno, cor preta, com sistema de pedal em plástico reforçado para abertura da tampa, evitando contato manual. tampa com vedação parcial. rodas em plástico de alta resistência. dimensões adequadas para movimentação em áreas internas e externas. resistente a impactos capacidade para 100 litros		UN	70,000		
00041	1	Lote 00041 LIXEIRA GRANDE COM TAMPA lixeira grande com tampa - coletor de lixo com pedal e tampa, capacidade 200 litros, material polipropileno, cor preta, com sistema de pedal em plástico reforçado para abertura da tampa, evitando contato manual. tampa com vedação parcial. rodas em plástico de alta resistência. dimensões adequadas para movimentação em áreas internas e externas. resistente a impactos. capacidade para 200 litros plÁstico (resistente)		UN	70,000		
00042	1	Lote 00042 CESTO PARA LIXO SEM TAMPA cesto para lixo sem tampa - cesto para lixo, formato cônico/cilíndrico, telado (tipo aramado ou plástico), capacidade de 15 litros, cor preta. material leve, resistente, sem tampa.		UN	100,000		
00043	1	Lote 00043 PAPEL TOALHA INTERFOLHADO papel toalha - papel toalha interfolhado, folha dupla ou simples com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, cor branca, tipo gofrado. apresentação em 2 dobras (intercaladas). dimensões: aproximadamente 23x21 cm (com tolerância de até 1cm). embalagem: pacote/fardo contendo 1000 folhas, acondicionado em material resistente que proteja contra contaminação e umidade.		PCT	600,000		

00044	1	Lote 00044 PASTA CRISTAL MULTIUSO pasta cristal - sabão em pasta, tipo cristal rosa, multiuso, biodegradável, com alto poder desengraxante, desengordurante e de polimento. composição base: sabão de coco, glicerina, agente mineral (pó de quartzo) de finíssima granulação, conservante, essência e água. indicado para limpeza de pisos, azulejos, superfícies metálicas e esmaltadas. embalagem pote plástico com 500g, contendo no rótulo número de notificação/registro na anvisa, data de fabricação e validade		UN	1.000,000		
00045	1	Lote 00045 BOBINA DE SACO PLÁSTICO - 35 X 45 CM bobina de saco plÁstico para alimento - 35 x 45 cm - bobina de saco plástico para alimento - 35 x 45 cm especificações mínimas: medindo aproximadamente 35 x 45 cm transparente, picotada, fundo reto, reforçado em polietileno, resistente com capacidade aprox. 5 kg. contendo 500 sacos de alta densidade picotado, micra 0,25. com rótulo descrevendo características do produto e registro no inmetro		UN	1.500,000		
00046	1	Lote 00046 BOBINA DE SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS - 40 X 60 CM bobina de saco plÁstico para alimentos - 40 x 60 cm - bobina de saco plástico para alimentos - 40 x 60 cm especificações mínimas: medindo aproximadamente 40 x 60 cm transparente, picotada, fundo reto reforçado em polietileno, resistente com capacidade aprox. 7 kg. contendo 500 sacos de alta densidade picotado, micra 0,25. com rótulo descrevendo características do produto e registro no inmetro		UN	1.500,000		
00047	1	Lote 00047 BOBINA DE SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS - 20 X 30 CM bobina de saco plÁstico para alimentos - 20 x 30 cm - bobina de saco plástico para alimentos - 20 x 30 cm especificações mínimas: medindo aproximadamente 20 x 30 cm transparente, picotada, fundo reto, reforçado em polietileno, resistente com capacidade aprox. 2 kg. contendo 500 sacos de alta densidade picotado, micra 0,25. com rótulo descrevendo características do produto e registro no inmetro.		UN	1.500,000		

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE APIACÁ-ES

POR MEIO DE LICITAÇÃO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de limpeza, por meio de licitação, visando atender às necessidades das escolas municipais e da Secretaria Municipal de Educação de Apiacá-ES, garantindo condições adequadas de higiene, conservação e salubridade dos ambientes escolares e administrativos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais normas aplicáveis, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
1.	**LUVA DESCARTÁVEL -** luva para procedimento não cirúrgico, descartável, de uso único, não estéril, ambidestra, com superfície lisa ou texturizada, confeccionada em látex natural, nitrilo ou vinil, sem pó bioabsorvível. COM 100 UNIDADES, TAMANHO M	CX	300
2.	**LUVA DESCARTÁVEL -** Luva para procedimento não cirúrgico, descartável, de uso único, não estéril, ambidestra, com superfície lisa ou texturizada, confeccionada em látex natural, nitrilo ou vinil, sem pó bioabsorvível. COM 100 UNIDADES, TAMANHO G	CX	300
3.	**LUVA DE BORRACHA PVC PARA LIMPEZA EM GERAL, CANO LONGO 38CM** - luva de borracha natural (látex), cor amarela, palma antiderrapante, forro interno (algodão/flocada ou lisa), anatômica, alta resistência, reutilizável. TAMANHO G	PAR	100
4.	**LUVA DE BORRACHA PVC PARA LIMPEZA EM GERAL, CANO LONGO 38CM -** luva de borracha natural (látex), cor amarela, palma antiderrapante, forro interno (algodão/flocada ou lisa), anatômica, alta resistência, reutilizável. TAMANHO M	PAR	100
5.	**SACO DE LIXO DE 200 LITROS (REFORÇADO) -** Saco de lixo, material polietileno, cor preta, capacidade 200 litros, medidas mínimas 90x110 cm, espessura alta (mínimo 12 micras), alta resistência para resíduos pesados, conforme ABNT NBR 9191. EMBALAGEM COM 100 SACOS	PCT	500
6.	**ALCOOL LÍQUIDO ETÍLICO HIDRATADO 70° INPM -** solução antisséptica/desinfetante com 70% INPM de concentração, incolor, líquida, para uso em superfícies fixas ou higienização das mãos. Deve possuir registro na ANVISA, laudo técnico, validade mínima e embalagem plástica de 1L, transparente para permitir visualização, com tampa lacrada, rótulo contendo dados de fabricação, lote, validade, composição e número de registro no Ministério da Saúde/ANVISA.	LITROS	500

8.	**ÁGUA SANITÁRIA -** Solução aquosa à base de hipoclorito de sódio (NaClO), hidróxido de sódio (agente alcalinizante) e cloretos. Líquido límpido, incolor, livre de partículas em suspensão. **Aroma:** Neutro/Sem fragrância. Com a finalidade de desinfecção, alvejamento e higienização de superfícies e tecidos. Frasco plástico opaco e resistente, contendo 1 litro, com tampa rosqueada que garanta a vedação, rotulagem conforme normas da ANVISA (marca, CNPJ, registro ANVISA, data de fabricação, validade, composição, lote, instruções de uso). **Validade:** Mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. CAIXA COM 12 FRASCOS DE 1 LITRO	CAIXA	300
9.	**DETERGENTE -** detergente líquido, neutro, biodegradável, com alto poder desengordurante, componente ativo: linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, com glicerina, biodegradável, de alto poder desengordurante, embalagem original de 500ml, registro na ANVISA, e conformidade com normas técnicas, garantindo eficiência na lavagem de louças e superfícies laváveis. Frasco resistente e rotulado conforme legislação.	UND	5000
10.	**DESINFETANTE** - Desinfetante, composto de Quaternário de Amônio (Cloreto Alquil Dimetil Benzil Amônio), tensoativos, fragrância pinho, agente opacificante, corante e veículo. Teor ativo ≥ 15%. Líquido, homogêneo, com odor característico. Frasco de 2 Litros, com rótulo contendo marca, lote, validade, dados do fabricante e número de registro no Ministério da Saúde/ANVISA	CAIXA	300
11.	**SABÃO EM PÓ -** Sabão em pó para lavagem de tecidos em geral. **Composição:** Tensoativo linear alquil benzeno sulfonato de sódio (biodegradável), enzimas, branqueador óptico, alcalinizantes, perfume e corante. Alto poder de limpeza para roupas brancas e coloridas, com agentes de alvejamento, que garantam a remoção de sujeiras pesadas. Pacote de polietileno, contendo 1kg, com identificação clara do produto, marca, composição, nome do fabricante, data de fabricação e validade (mínimo 12 meses). Produto biodegradável.	KG	5000
12.	**ESPONJA -** Esponja dupla face para limpeza pesada e uso geral. Dupla face, sendo um lado em fibra sintética abrasiva (cor verde) e o outro em espuma de poliuretano macia (cor amarela). Medidas: 110mmx75mmx20mm. Espuma com tratamento bactericida para evitar odores e proliferação de germes. Ideal para lavagem de louças, talheres, panelas e superfícies que exigem remoção de resíduos incrustados. Pacotes com 4 unidades, selado, contendo identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	PACOTE	700
13.	**VASSOURA DE PIAÇAVA -** Vassoura de piaçava (natural ou sintética) tipo gari, com base de madeira (aprox. 30 a 50 cm), cerdas rígidas, cabo de madeira plastificado ou revestido (aprox. 1,20m a 1,50m) e alta resistência	UND	500
14.	**RODO DE ALUMINIO -** Rodo de alumínio com borracha/EVA. Com base de 40 cm, com borracha dupla, em EVA (Etil Vinil Acetato), de alta aderência, com espessura resistente para puxar água e sujeira, cabo em alumínio. Tamanho mínimo: 1,40m, tamanho máximo: 1,50m de comprimento. Rosca de alta resistência (padrão 22mm ou superior) para conexão firme entre o cabo e a base, permitindo a troca de cabo se necessário. O produto não deve apresentar bordas cortantes ou defeitos que prejudiquem o uso ou causem acidentes.	UND	200

16.	**ESPONJA DE LÃ DE AÇO -** 100% Lã de Aço Carbono (ou Inox, conforme necessidade), de alta qualidade, flexível, textura macia, isenta de sinais de oxidação e que não solte pó de aço, garantindo alta abrasividade para limpeza pesada. Formato anatômico, ideal para limpeza de utensílios domésticos e industriais. **Apresentação:** Pacote com 8 unidades, pesando no mínimo 60g por pacote. Sacos plásticos selados, contendo no rótulo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Produto deve possuir registro ou atender às normas técnicas aplicáveis. CONTENDO 10 SACOS COM 14 EMBALAGENS PLÁSTICAS	FARDO	100
17.	**COPO DESCARTAVEL 200ML -** Copo plástico descartável, capacidade nominal 200ml, material polipropileno (PP) de primeira qualidade. O produto deve estar em conformidade com a Norma ABNT NBR 14865:2002 (ou atualizações), e atender às Portarias do INMETRO nº 453/2010 e nº 125/2011. Acondicionados em mangas ou pacotes selados com 100 unidades, protegendo o produto contra contaminação até o uso. A embalagem primária deve conter marca do fabricante, quantidade, procedência e selo de conformidade.	CX	100
18.	**BOTA GALOCHA -** Bota galocha em PVC injetado, cor branca, cano médio (25-26 cm), impermeável, solado antiderrapante de fácil higienização, forro de poliéster, ideal para uso em limpeza diária e locais com umidade, do tamanho 35 ao 46.	PAR	100
19.	**PANO DE CHÃO SACO DE CHÃO CRÚ -** Pano de chão tipo sacaria, 100% algodão, alvejado. Medidas: 60 (largura) x 80 (comprimento). Composição estrutural: urdidura mínima de 10 fios/cm e trama mínima de 9 fios/cm. Acabamento: costurado internamente (do avesso) com costura reforçada, sem fiapos, indicado para limpeza pesada Opção 2: Pano de chão em formato de saco (alvejado), 100% algodão, cor branca. Medida aproximada de 50x70. Tecido de trama fechada (sacaria alvejada), alta absorção, com costura reforçada nas laterais, tipo "pé de galinha" ou similar, alta resistência a uso contínuo	UND	700
20.	**VASSOURA PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO -** Vassoura sanitária tipo escova com suporte higiênico, utilizada para limpeza interna de vasos sanitários. Cerdas rígidas, confeccionadas em polímero sintético (nylon) de primeira qualidade, resistentes à ação de produtos químicos. Cabo resistente, material plástico (polipropileno), medindo aproximadamente 30 a 40 cm, com formato anatômico para facilitar o manuseio. Acompanhada de suporte (copo) em polipropileno (plástico rígido), design higiênico, de fácil limpeza, para armazenamento da vassoura.Produto novo, sem defeitos, com acabamento firme das cerdas, garantindo durabilidade para uso contínuo.	UND	100
21.	**RODO PLASTICO -** Rodo Plástico para Limpeza Pesada (Chão). Com 60 cm de comprimento. **Material da Cepa:** Polipropileno injetado de alta densidade, resistente, com gancho para fixação de pano. **Material da Lâmina:** Borracha dupla em E.V.A. (Etileno Vinil Acetato) para maior aderência e remoção de água. Cabo de madeira revestido (plastificado), com rosca na extremidade, com no mínimo 120 cm de altura.A cepa deve possuir encaixe firme para o cabo (rosca de polipropileno). Deve ser material resistente, durável e apresentar marca do fabricante.	UND	200

23.	**FÓSFORO -** Fósforo de segurança (palito). Madeira reflorestada de alta qualidade. Caixa com cerca de 50 palitos longos (tipo lareira/cozinha). Com selo do Inmetro e que não solte faíscas. Caixa com tratamento antiumidade.	MÇ	500
24.	**SABONETE LÍQUIDO -** Sabonete líquido para mãos e corpo, tipo perolado ou cremoso, cor branca ou suave. Higienizante, com glicerina para hidratação, antialérgico e biodegradável. Neutro, com pH compatível com a pele (5,5 a 7,5), evitando ação agressiva. Galão de 5 litros resistente, com tampa vedante que não permita reenvase. Rotulagem conforme normas da ANVISA, contendo lote, data de fabricação, validade, composição e número de registro. Produto deve possuir registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 12 à 18 meses a partir da data de entrega.	L	150
25.	**SABONETE EM BARRA -** Sabonete em barra para higiene pessoal. Peso: 90 gramas (peso líquido). Tipo suave, pH neutro/compatível com a pele (entre 5,5 a 7,5), formato anatômico, boa consistência, não quebradiço. Embalagem individual em papel de boa qualidade, resistente, contendo protetor interno. A embalagem deve conter obrigatoriamente: nome do produto, marca, composição, peso, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e número do registro ou notificação no Ministério da Saúde/ANVISA. Validade mínima de 12 a 18 meses a partir da data de entrega. O produto deve atender às normas técnicas vigentes e aos procedimentos administrativos da ANVISA.	UND	600
26.	**SABÃO EM BARRA -** Glicerinado, neutro, alta qualidade, adequado para uso geral de limpeza e roupas. **Composição Básica:** Ácidos graxos de sebo, coco/babaçu ou soja, glicerina, coadjuvantes, corante e água. Pacotes com 5 unidades (pedras) de 180g ou 200g (verificar padrão atual do mercado). Pacote plástico selado, resistente, com rótulo contendo composição, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Mínimo de 18 a 24 meses a partir da data de fabricação. Produto regularizado na ANVISA.	PCT	300
27.	**SACO DE LIXO DE 100 LITROS (REFORÇADO) -** Saco de lixo, material polietileno, cor preta, capacidade 100 litros, tamanho aprox.75x105 cm, com espessura reforçada (mínimo 10 micras), alta resistência a perfurações, conforme NBR 9190 e 9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT	300
28.	**SACO DE LIXO DE 15 LITROS (REFORÇADO) -** com capacidade para resíduos comuns/domésticos, fabricado em polietileno (virgem ou reciclado) de alta densidade, com expessura de 04 a 06 micras (reforçado para evitar rompimentos), cor preta, com solda contÍnua, tipo estrela, garantindo vedação contra líquidos e odores, vedação perfeita e medidas aproximadas de 39x58 cm. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	ROLO	500
29.	**SACO DE LIXO DE 30 LITROS (REFORÇADO) -** Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), com espessura mínima de 0,08 mm (ou micragem equivalente), medindo aproximadamente 59x62cm. Deve atender às normas ABNT NBR 9190 e 9191, garantindo solda contínua e resistência. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	300

31.	**PÁ PARA RETIRAR LIXO -** coletor de plástico injetado de alta resistência (polipropileno), com borda plana para facilitar a coleta de sujidades do piso. Cabo longo, com comprimento aproximado de 120 cm, de madeira plastificada.	UND	100
32.	**BALDE PLÁSTICO -** Balde plástico, material polipropileno reforçado, capacidade 10 litros, com alça de arame galvanizado, cor preta, material de primeira qualidade, de alta resistência.	UND	120
33.	**PANO DE PRATO** - Pano de prato para copa. **Material:** 100% algodão, alvejado (cor branca) de primeira qualidade. **Acabamento:** Bainha dobrada/costurada em toda a volta (dobra com costura). Dimensões mínimas de 40x60 cm. Alta absorção de umidade, lavável, resistente a lavagens industriais e durável. Deve possuir etiqueta costurada com CNPJ do fabricante e composição. Não deve apresentar estampas.	UND	300
34.	**PAPEL TOALHA** - Papel toalha em rolo, folha dupla, branco, 100% fibras celulósicas virgens. Macio, com alto poder de absorção, picotado e texturizado. Dimensões aproximadas: 20cm a 22cm de largura. Comprimento por rolo: mínimo de 30 metros. Embalagem com 02 rolos	PCT	600
35.	**GUARDANAPO DE PAPEL -** Guardanapo de papel, folha simples, na cor branca, dimensões mínimas de 33x33 cm, com 4 dobras, fabricado com 100% de fibras naturais (celulose virgem), macio, alta absorção, isento de perfume. Embalagem: pacote contendo 50 unidades. O produto deve atender à norma ABNT NBR 15464 vigente e não causar irritação dérmica	PCT	200
36.	**PAPEL HIGIÊNICO -** folha dupla. 100% celulose virgem, alta brancura, neutro (sem perfume). Gofrado (com relevo), macio, de alta absorção e resistência à tração (não esfarelar quando úmido). Rolo com largura de 10cm (+/- 0,5cm) e comprimento de 60 metros. Picotado, com tubo de papelão interno, em fardos/pacotes selados (primários) contendo de 4 rolos. Produto certificado segundo normas ABNT NBR 15464-1 e NBR 15134, com certificação florestal (FSC ou equivalente). Embalagem coletiva (fardo) resistente, contendo identificação do fabricante, CNPJ, quantidade e especificações. PACOTE COM 04 UNIDADES, ROLO COM 60M FARDO C/ 16 UND	FARDO	500
37.	**COADOR DE CAFÉ M -** 100% Algodão (branco ou flanela), atóxico, adequado para uso alimentar. Suporte (aro) em arame galvanizado de alta resistência, para evitar oxidação. **Alça:** Revestimento em PVC tipo "espaguete" para manuseio seguro e confortável. Diâmetro da boca de aproximadamente 13 cm a 16 cm (tamanho grande/padrão). **Formato:** Cônico/Saco. Embalagem unitária, contendo especificações do fabricante	UND	200
38.	**VASSOURA DE PELO -** utensílio com base (cepa) de madeira ou polipropileno, cerdas macias sintéticas ou naturais (ideais para pisos delicados), comprimento de 30 a 40 cm, e cabo rosqueável ou fixo de madeira/metal com pelo menos 1,20m. A estrutura deve ser robusta, lisa e envernizada	UND	100
39.	**SABÃO EM PASTA -** Sabão pastoso (neutro/coco), alto poder desengordurante. Para limpeza de utensílios e pias. Pote de 500g, plástico, com tampa firme. Rótulo obrigatório com marca, fabricação, validade (>24 meses) e notificação na ANVISA. Pasta homogênea, sem separação de fases. Produto biodegradável.	UND	1000

41.	**LIXEIRA GRANDE COM TAMPA -** Coletor de lixo com pedal e tampa, capacidade 200 litros, material polipropileno, cor preta, com sistema de pedal em plástico reforçado para abertura da tampa, evitando contato manual. Tampa com vedação parcial. Rodas em plástico de alta resistência. Dimensões adequadas para movimentação em áreas internas e externas. Resistente a impactos. CAPACIDADE PARA 200 LITROS PLÁSTICO (RESISTENTE)	UND	70
42.	**CESTO PARA LIXO SEM TAMPA -** Cesto para lixo, formato cônico/cilíndrico, telado (tipo aramado ou plástico), capacidade de 15 litros, cor preta. Material leve, resistente, sem tampa.	UND	100
43.	**PAPEL TOALHA - Papel toalha interfolhado**, folha dupla ou simples com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, cor branca, tipo gofrado. Apresentação em 2 dobras (intercaladas). **Dimensões:** Aproximadamente 23x21 cm (com tolerância de até 1cm). **Embalagem:** Pacote/fardo contendo 1000 folhas, acondicionado em material resistente que proteja contra contaminação e umidade.	PCT	600
44.	**PASTA CRISTAL -** sabão em pasta, tipo cristal rosa, multiuso, biodegradável, com alto poder desengraxante, desengordurante e de polimento. Composição base: sabão de coco, glicerina, agente mineral (pó de quartzo) de finíssima granulação, conservante, essência e água. Indicado para limpeza de pisos, azulejos, superfícies metálicas e esmaltadas. Embalagem pote plástico com 500g, contendo no rótulo número de notificação/registro na Anvisa, data de fabricação e validade	UND	1000
45.	**BOBINA DE SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTO - 35 x 45 CM** - bobina de saco plástico para alimento - 35 x 45 cm especificações mínimas: medindo aproximadamente 35 x 45 cm transparente, picotada, fundo reto, reforçado em polietileno, resistente com capacidade aprox. 5 kg. Contendo 500 sacos de alta densidade picotado, micra 0,25. Com rótulo descrevendo características do produto e registro no INMETRO	UND	1500
46.	**BOBINA DE SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS - 40 X 60 CM** - bobina de saco plástico para alimentos - 40 x 60 cm Especificações mínimas: medindo aproximadamente 40 x 60 cm transparente, picotada, fundo reto reforçado em polietileno, resistente com capacidade aprox. 7 kg. Contendo 500 sacos de alta densidade picotado, micra 0,25. Com rótulo descrevendo características do produto e registro no INMETRO	UND	1500
47.	**BOBINA DE SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS - 20 X 30 CM** - bobina de saco plástico para alimentos - 20 x 30 cm Especificações mínimas: medindo aproximadamente 20 x 30 cm transparente, picotada, fundo reto, reforçado em polietileno, resistente com capacidade aprox. 2 kg. Contendo 500 sacos de alta densidade picotado, micra 0,25. Com rótulo descrevendo características do produto e registro no INMETRO.	UND	1500

Observação: Todos os produtos deverão atender às normas técnicas e legais.

4. JUSTIFICATIVA

A contratação é necessária para garantir a manutenção de ambientes limpos, higienizados e seguros, assegurando a saúde de alunos, servidores e usuários das unidades escolares.

A realização por licitação é a forma adequada, pois permite ampla concorrência, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) é recomendada, permitindo fornecimento parcelado, conforme a demanda das unidades escolares e administrativa, evitando desperdícios e estoques excessivos.

5. ESTIMATIVA DO VALOR

O valor estimado da contratação será calculado com base em pesquisa de preços junto a fornecedores locais, regionais e registros de preços de outros órgãos públicos.

O cálculo considerará consumo médio anual das unidades escolares e Secretaria; preço unitário estimado por item multiplicado pelas quantidades previstas e atualização dos valores até a fase de elaboração do edital.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A utilização do pregão eletrônico garante ampla competitividade, transparência, possibilitando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Quando aplicável, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo fornecimento parcelado ao longo da vigência da ata, com prazo máximo de até 12 meses, conforme legislação vigente.

O julgamento das propostas será baseado nos seguintes critérios: Menor preço por item ou lote - priorizando economicidade e eficiência; atendimento às especificações técnicas - os materiais devem atender às normas de qualidade e segurança, incluindo regulamentações técnicas, quando aplicável; habilitação jurídica e fiscal - fornecedores devem apresentar documentação exigida por lei para garantir idoneidade e capacidade de fornecimento; capacidade técnica e logística - comprovação de experiência no fornecimento de materiais similares e condições para entrega conforme demanda e Regularidade trabalhista e previdenciária - conforme exigências legais vigentes.

O fornecedor selecionado deverá atuar em regime de prestação contínua de fornecimento, entregando os materiais de limpeza conforme solicitação das unidades escolares e Secretaria Municipal de Educação, dentro dos prazos estabelecidos na ata de registro de preços.

O fornecedor será responsável por entregar os materiais nos locais indicados, obedecendo cronograma ou solicitações da Administração; manter padrões de qualidade e integridade dos produtos; substituir materiais que apresentem defeitos ou problemas de qualidade e fornecer notas fiscais e cumprir todas as exigências legais e fiscais.

O contrato/ata terá prazo de até 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação, e o fornecedor atuará de forma não exclusiva, garantindo que a Administração possa contratar outros fornecedores caso necessário, respeitando o SRP.

2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada com base em critérios objetivos, garantindo transparência, legalidade e economicidade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

12.1 Critérios de Julgamento

- Menor preço por item ou lote: O julgamento será realizado considerando o valor total de cada item ou lote, garantindo a proposta mais vantajosa para a Administração.

- Conformidade com especificações técnicas: Os materiais fornecidos devem atender às exigências de qualidade e segurança, incluindo regulamentações de órgãos competentes, quando aplicável, e padrões de higiene e conservação.
- Habilitação jurídica e fiscal: O fornecedor deve apresentar todos os documentos legais exigidos, incluindo registro na Junta Comercial; certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais e regularidade trabalhista e previdenciária.
- Capacidade técnica e logística: Comprovação de experiência no fornecimento de materiais de limpeza similares; disponibilidade para entrega dentro dos prazos solicitados e estrutura logística compatível com a quantidade e periodicidade de fornecimento.
- Cumprimento de requisitos de qualidade e segurança: Produtos com certificação, validade mínima, embalagem adequada e integridade garantida e substituição de produtos que apresentem defeitos ou não conformidade.

12.2 Critérios de Desempate

Em caso de empate entre propostas, serão adotados os seguintes critérios: Empresa com maior tempo de atuação no fornecimento de materiais de limpeza; empresa que apresente menor prazo de entrega e sorteio público, caso persista o empate.

12.3 Regime de Fornecimento

- O fornecedor contratado atuará em regime contínuo, entregando os materiais conforme demanda das unidades escolares e Secretaria Municipal de Educação.
- O prazo do contrato/ata de registro de preços será de até 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.
- O fornecimento será parcelado, de acordo com a necessidade das unidades, evitando estoques excessivos e desperdícios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir que a aquisição de materiais de limpeza atenda às necessidades das escolas municipais e da Secretaria Municipal de Educação de Apiacá-ES.

Os materiais devem atender às normas de qualidade e segurança aplicáveis; os produtos devem ser fornecidos em embalagens adequadas, com validade mínima e integridade preservada; a qualidade dos materiais deve ser compatível com uso contínuo em ambientes escolares; os utensílios de limpeza (vassouras, rodos, pano de chão etc.) devem apresentar durabilidade adequada e ergonomia para uso seguro.

O fornecedor deve apresentar documentação de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista exigida por lei; deve estar em situação regular perante os órgãos de fiscalização e tributos federais, estaduais e municipais e deve atender às exigências de emissão de notas fiscais e comprovação de entrega dos materiais.

As entregas serão realizadas de forma parcelada, conforme demanda das unidades escolares e Secretaria Municipal de Educação; os prazos de entrega devem ser cumpridos rigorosamente conforme cronograma ou solicitações do órgão; o fornecedor deve assegurar substituição imediata de materiais com defeito ou não conformidade e o armazenamento e transporte devem preservar a integridade, qualidade e segurança dos produtos.

O fornecedor deve fornecer relatórios de entrega quando solicitado; deve colaborar com a Administração no controle de estoque e registro de consumo dos materiais e deve disponibilizar canal de atendimento para solucionar problemas ou dúvidas referentes aos produtos fornecidos.

8. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização é de responsabilidade de:

NOME	FUNÇÃO	DECRETO/PORTARIA
FERNANDA RAMOS PEREIRA	Secretária Municipal de Educação	
		Portaria 1877/2025 de 02 de janeiro de 2025
ADALGE SILVA MONTEIRO	Coordenadora da Merenda Escolar	
		Portaria N° 026/2017 de 02 de janeiro de 2017.

Os responsáveis pela fiscalização do futuro certame, registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cujas cópias serão encaminhadas a vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

9. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo estabelecido em dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como prazo de validade; data da emissão; dados do contrato e do órgão contratante; período de execução do contrato; valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

O pagamento será efetuado no prazo estimado de 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10. LOCAL DE ENTREGA E FORMA DE ENTREGA

Os materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação de Apiacá e/ou dentro dos limites territoriais do município de Apiacá - ES, conforme especificado na respectiva Ordem de Fornecimento. A entrega ocorrerá de acordo com a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante prévia emissão de Ordem de Fornecimento.

O prazo de entrega será de até 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela empresa contratada, salvo prazo diverso estabelecido no edital. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados e identificados, em perfeitas condições de uso, sem avarias ou defeitos, observando-se as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

As despesas com transporte, carga, descarga, seguros, tributos e quaisquer outros custos relacionados à entrega correrão integralmente por conta da contratada.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou divergências em relação às especificações, a contratada deverá proceder à substituição dos materiais no prazo máximo de 48 (quarenta e oito)

horas, sem ônus para a Administração.

A entrega dos produtos ocorrerá dentro dos limites territoriais do Município de Apiacá/ES, conforme orientações e determinações da Secretaria Municipal de Educação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente aquisição deverá estar devidamente compatível com o orçamento do Município de Apiacá - ES. A empresa ficará obrigada fazer entrega formal dos documentos comprobatórios da execução dos serviços.

A unidade requisitante verificará, junto ao setor de contabilidade/ planejamento orçamentário, a existência de saldo suficiente para atender à despesa prevista com a aquisição, observando o princípio da responsabilidade fiscal.

12. COMPETE À CONTRATADA

Cumprir o prazo de entrega do objeto, nas mesmas condições exigidas, não podendo este prazo exceder a 07(sete) dias após a data da Autorização de Fornecimento, sob pena da empresa contratada ser notificada pelo Município de Apiacá - ES, em caso de descumprimento do mesmo.

Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Município de Apiacá - ES e manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

13. COMPETE À CONTRATANTE:

Efetuar o pagamento do preço apurado no certame.

Definir o local e o prazo para a entrega dos produtos.

Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com dotação orçamentária a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças, a quem cabe a gestão orçamentária.

14. ÍNDICE DE REAJUSTE

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece regras gerais para licitações e contratos administrativos, incluindo questões de reajuste de preços. O índice de reajuste deve ser definido no contrato, nesse sentido seguiremos os seguintes princípios:

- ✓ O índice de reajuste a ser utilizado será o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).
- ✓ A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o reajuste não pode ocorrer de maneira indiscriminada, devendo ser vinculado à variação dos custos e índices previamente acordados, e levando em conta a necessidade de balanceamento entre as partes para garantir a manutenção da proposta contratual sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com dotação orçamentária a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças, a quem cabe a gestão orçamentária.

15. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

A vedação à participação de consórcios fundamenta-se por tratar-se de contratação comum para empresas atuantes neste mercado, sendo usual a participação de empresas que, em sua

maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante às qualificações técnica e econômico-financeira e demais condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o âmbito de possíveis licitantes.

Cumpre ressaltar que a admissão ou veto à formação de consórcios em certames licitatório é confiada pela lei ao talante do administrador uma vez que o art. 15 da lei n. 14.133/2021 conferiu discricionariedade ao ente administrativo para dispor sobre a questão em seus instrumentos convocatórios.

A vedação à participação de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, nas quais as empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação previstos em edital.

Considerando que o objeto em questão não demanda aglutinação de competências conexas e específicas em demasia, verifica-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Assim, no presente caso, a vedação de participação de consórcios visa afastar possível restrição à competição e proporcionar a obtenção de proposta mais vantajosa.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente aquisição observará integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Apiacá - ES, 03 de junho de 2026.

FERNANDA RAMOS PEREIRA
Secretária Municipal de Educação de Apiacá - ES
Portaria 1877/2025 de 02 de janeiro de 2025

ANEXO III - MODELO DECLARAÇÃO ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO ME/EPP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP

DECLARAÇÃO

A empresa ....., CNPJ nº ....., representada por ....., portador (a) do Documento de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que CUMPRE OS REQUISITOS LEGAIS PARA QUALIFICAÇÃO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva abaixo)

( ) Declara possuir restrição fiscal no (s) documento (s) de habilitação e pretende utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 para a regularização, estando ciente que, do contrário, haverá decadência do direito à contratação, como também sujeição às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

(.....Local e Data.....).

.....

(Nome legível e assinatura do representante legal da empresa)

Empresa: _____

CNPJ nº _____

ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP

DECLARAÇÃO

A empresa ....., CNPJ nº ....., representada por ....., portador (a) do Documento de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as penas da Lei, especialmente o art. 63, I, IV e § 1º, da lei nº 14.133/2021, que

a) atende aos requisitos de habilitação;

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

e) não possui em seu quadro de empregado (s), menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em atendimento ao art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

f) inexiste, no quadro da empresa de sócios ou empregados, vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Apiacá-ES e/ou do Fundo Municipal de Saúde de Apiacá, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;

g) **PARA ME's / EPP's**: no ano em que se realiza a licitação ainda não celebrou contratos com a Administração Pública em valores que extrapolem a receita bruta máxima admitida para o respectivo enquadramento, conforme art. 4º, § 2º, da Lei 14.133/2021.

(.....Local e Data.....).

.....

(Nome legível e assinatura do representante legal da empresa)

Empresa: _____

CNPJ nº _____

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP

CONTRATO

Nº _____/2026-PMA

Proc. nº 001791/2026;

ID CidadES TCE-ES nº 2026.008E0700001.01.0010;

Pregão Eletrônico nº 000008/2026 para registro de preços;

Ata de Registro de Preços nº ..../2026-PMA.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES E A EMPRESA .....

DAS PARTES:

I - MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo - Centro - Apiacá-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.604/0001-44, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Márcio José de Melo Chierici, CPF nº 014.159.597-30, RG nº 918366 SSP ES, doravante denominado **CONTRATANTE;**

II - ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na ..... - CEP.: ....., representada por ....., CPF nº ..... e RG nº .....,

doravante denominada **CONTRATADA.**

As partes acima identificadas, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 000008/2026, para Registro de Preços,** e da **Ata de Registro de Preços nº ...../2026-PMA**, e diante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II):

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de a (o) **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação encontra-se detalhado com quantitativo, preço (s) unitário (s) e fornecedor no Anexo Único ao presente contrato.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES**, contados do (a) da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO:

5.1. O valor total da contratação é de **R$..... (.....).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo estabelecido em dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como prazo de validade; data da emissão; dados do contrato e do órgão contratante; período de execução do contrato; valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

6.4. O pagamento será efetuado no prazo estimado de 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V):

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, com data base em _____/_____/_____.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IGP-M,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado

(s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

8.1. Efetuar o pagamento do preço apurado no certame.

8.2. Definir o local e o prazo para a entrega dos produtos.

8.3. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação.

8.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com dotação orçamentária a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças, a quem cabe a gestão orçamentária.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

9.1. Cumprir o prazo de entrega do objeto, nas mesmas condições exigidas, não podendo este prazo exceder a 07(sete) dias após a data da Autorização de Fornecimento, sob pena da empresa contratada ser notificada pelo Município de Apiacá - ES, em caso de descumprimento do mesmo.

9.2. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Município de Apiacá - ES e manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. O presente instrumento será fiscalizado pela Secretaria Municipal de **XXXXXXX**, através do seguinte funcionário:

Nome: _____;

CPF nº: _____;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. Moratória de 0,2 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 %;

2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita nas alíneas "b", "e", "f" e "g" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "h" do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei

nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou

contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

00004-150000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (010001.0412200032.003.33903000000.150000000000)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º):

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Apiacá-ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de

Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes.

Apiacá-ES, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES
Representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal
Márcio José de Melo Chierici
CONTRATANTE

.....
Representada por .....
CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1 - Nome: _____.

CPF nº: _____.

2 - Nome: _____.

CPF nº: _____.

ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2026-PMA

para Registro de Preços

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº ...../2026-PMA

Pregão Eletrônico nº 000008/2026 para registro de preços;

Processo Administrativo n° 001791/2026;

ID CidadES TCE/ES nº 2026.008E0700001.01.0010.

O **MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES,** com sede administrativa na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro - Apiacá-ES, CNPJ nº 27.165.604/0001-44, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Márcio José de Melo Chierici, CPF nº 014.159.597-30, RG nº 918366 SSP ES, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 000008/2026**, processo administrativo nº 001791/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada abaixo, de acordo com a classificação por ela alcançada e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

EMPRESA: ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na ..... - CEP.: ....., representada por ....., CPF nº ..... e RG nº .....;

1 - DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para a futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SRP**, especificado (s) no (s) respectivo (s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I do Edital da licitação que originou a presente ARP, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1 O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ XXXXXXXXXXXXXXXXX**;

2.2 O (s) preço (s) registrado (s), as especificações do (s) objeto (s), as quantidades mínimas e máximas de cada item estão dispostas no Quadro de Vencedores anexo à presente Ata de Registro de Preços.

2.3 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 - ÓRGÃO (S) GERENCIADOR (ES) E PARTICIPANTE (S):

3.1 O **ÓRGÃO GERENCIADOR** será o Município de Apiacá-ES.

3.2 Os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** são:

3.2.1 - Secretaria Municipal de .....

3.2.2 - Secretaria Municipal de .....

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços

registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos

no edital; e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou

repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto nº 1.127, de 02 de maio de 2024.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto nº 1.127, de 02 de maio de 2024, ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada,

decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto nº 1.127, de 02 de maio de 2024.

10 - DAS PENALIDADES:

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a solicitação da aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 - CONDIÇÕES GERAIS:

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO II do Edital da licitação que originou a presente Ata de Registro de Preços.

11.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Apiacá-ES para dirimir eventuais conflitos.

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.,

Apiacá-ES, _____ de _____ de 20_____.

MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES
Representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Márcio José de Melo Chierici
Órgão Gerenciador

.....
Representada por.....
Fornecedor (a) Registrado (a)

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	Marca/Modelo (conforme proposta)				Und.	Quant. Máx.	Quant. Mín. R
$ Unt.		Prazo garantia ou validade						

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	Marca/Modelo (conforme proposta)				Und.	Quant. Máx.	Quant. Mín. R
$ Unt.		Prazo garantia ou validade						